



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

O relatório sobre a confiança da população na Justiça, elaborado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que 63% dos brasileiros estão pouco ou muito insatisfeitos com a atuação da Polícia. O percentual de insatisfação foi maior entre os mais pobres, 65%, e ficou em 62% entre os mais ricos. Segundo a pesquisa, o Judiciário é considerado moroso para 90% dos entrevistados, por solucionar os processos de forma lenta ou muito lenta. As informações são do portal Uol.

Central de escutas

O governo de São Paulo começou a desmontar uma central de escutas telefônicas que funcionava havia seis anos na sede do comando da Polícia Militar de Presidente Prudente. O grupo, formado por cerca de 40 policiais militares, foi criado em 2006 pelo então secretário da Administração Penitenciária, Antonio Ferreira Pinto. O órgão funcionava em uma parceria entre a SAP, a Secretaria da Segurança Pública e o Ministério Público. A saída de Homero ocorreu uma semana após o Tribunal de Justiça de SP arquivar uma investigação sigilosa contra magistrados por suspeita de autorizar uma série de grampos de forma irregular. As informações são da **Folha de S.Paulo**.

Dinheiro do mensalão

A Advocacia-Geral da União se recusou por duas vezes a fazer parte de processos que pede a devolução de dinheiro desviado para o mensalão. Uma das recusas ocorreu há menos de três meses, em meio ao julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação penal referente ao caso. As informações são do jornal **O Globo**.

Royalties do petróleo

Os governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo vão recorrer à Justiça para tentar anular a votação de urgência no Congresso que tenta derrubar o veto da presidente Dilma à lei dos royalties. Na Rússia, a presidente Dilma disse que não há mais nada a fazer. “Não tem nenhum gesto meu mais forte do que o veto. O resto seria impossível. O Poder Legislativo é autônomo, independente e tem todas as condições de decidir contrariamente à minha decisão”, disse. As informações são do **G1**.

Falta de transparência

Os seis maiores bancos do país terão de prestar esclarecimentos ao Ministério da Justiça sobre os pacotes de serviços que oferecem. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério deu dez dias de prazo para as instituições financeiras apresentarem as respostas. De acordo com o Ministério da Justiça, existem indícios de falta de transparência na oferta de pacotes bancários com base em levantamento nas páginas das instituições na internet. As informações são da **Agência Brasil**.

Má conservação



O Estado do Rio Grande do Sul e o município de Charqueadas foram condenados a pagar R\$ 900 mil em indenizações devido à má conservação do sistema de esgotos de três penitenciárias na cidade da Região Carbonífera. A decisão é do juiz Jaime Freitas da Silva, segundo o Tribunal de Justiça gaúcho. As informações são do **G1**.

Disputa encerrada

Uma batalha de seis anos na Justiça da Bélgica foi encerrada nesta semana. O Google e a Sociedade Belga de Editores de Jornais chegaram a um acordo no que toca as receitas online de veículos que aparecem indexados no sistema de buscas. O acordo envolvia o pagamento de direitos autorais sobre os trechos exibidos na ferramenta. A partir de agora, o Google poderá anunciar seus serviços nas páginas dos jornais que fazem parte da sociedade. Em troca, aumentará o tráfego de usuários e a receita dos veículos por meio da indexação de matérias em sua ferramenta de buscas. As informações são da **Reuters**.

OPINIÃO

Correção na Lei Seca

De acordo com editorial da **Folha de S.Paulo**, um dos principais defeitos da chamada lei seca está prestes a ser corrigido pelo Congresso Nacional. “Foi aprovado anteontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado um projeto de lei que autoriza a utilização de qualquer meio de prova para atestar a embriaguez do motorista ao volante, como testemunhos de policiais e exames clínicos”. Porém a Folha afirma que deveria ser revista a detenção de seis meses a três anos para o motorista que simplesmente dirigir embriagado. “Punições desse tipo deveriam incidir somente em casos de acidentes com vítimas”.

Guerra fiscal

O Estado de S. Paulo, em editorial, afirma que a Medida Provisória que o governo pretende baixar uniformizando em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas relações interestaduais abrirá a porta para uma reforma maior. De acordo com o jornal, a MP tem como único objetivo acabar com a guerra fiscal que introduz na vida econômica graves distorções, começando por afetar uma escolha racional para a localização de empreendimentos, que, no longo prazo, se mostram para as empresas menos interessantes do que imaginavam.

Pior desfecho

Caso dos royalties pode ter o pior desfecho, afirma o jornal **O Globo** em editorial. Para o jornal, o Congresso está insensível a qualquer tipo de argumento, seja político ou jurídico, nessa questão. Para o jornal, a imagem da instituição sairá muito arranhada do confronto. Isso porque não há exemplo deste tipo de golpe em outras partes do mundo civilizado, de acordo com a publicação. Nunca se contestou na Grã-Bretanha o fato de Aberdeen, na Escócia, receber royalties sobre a exploração no Mar do Norte, para citar um caso similar ao que tem sido alvo de campanha demagógica no Brasil, diz o jornal. “Só restará ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo pedir socorro à Justiça. Ao preço, infelizmente, de mais tempo de paralisia num setor em que o Brasil sai cada vez mais do mapa dos grandes investidores. Perdem todos”, conclui.



Autores: Redação ConJur